

Acessibilidade arquitetônica inclusiva nas universidades públicas e privadas: uma revisão sistemática

Inclusive architectural accessibility in public and private universities: a systematic review

Recebido: 22/07/2022 | Revisado: 19/11/2022 | Aceitado: 19/11/2022 | Publicado: 04/04/2023

Emanuel Rodrigo Reis da Silva¹

<https://orcid.org/0000-0002-1626-0611>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI, Brasil.

rodrigoreis405@gmail.com

Resumo

Dentre os diversos fatores que contribuem para o cerceamento da inclusão social e do direito de ir e vir das pessoas nos ambientes educacionais brasileiros, temos como forma mais preponderante e evidente de empecilho as barreiras arquitetônicas. O presente artigo objetivou discutir as condições de acessibilidade arquitetônica nas universidades públicas e privadas para alunos com deficiências. A elaboração desse estudo deu-se através de uma revisão sistemática. Como resultado a revisão foi constituído por três artigos científicos os quais foram selecionados pelos critérios de inclusão estabelecidos à pesquisa sendo, um artigo extraído da *CAPES* e dois da *SciELO*. Notou-se que apesar das Instituições de Ensino Superior buscarem atender o arcabouço legal à promoção da acessibilidade nos ambientes de ensino, ainda são necessárias adequações pontuais na promoção da acessibilidade arquitetônica para garantir a inclusão e a permanência dos estudantes com deficiência nas academias.

Palavras-chave: Acessibilidade; Educação inclusiva; Ensino superior.

Abstract

Among the various factors that contribute to the restriction of social inclusion and the right of people to come and go in Brazilian educational environments, we have architectural barriers as the most preponderant and evident form of impediment. This article aimed to discuss the conditions of architectural accessibility in public and private universities for students with disabilities. The elaboration of this study took place through a systematic review. As a result, the review consisted of three scientific articles which were selected by the inclusion criteria established for the research, one article extracted from *CAPES* and two from *SciELO*. It was noted that although Higher Education Institutions seek to meet the legal framework to promote accessibility in teaching environments, specific adjustments are still necessary in the promotion of architectural accessibility to ensure the inclusion and permanence of students with disabilities in the academies.

Keywords: Accessibility; Inclusive education; Higher education.

1. Introdução

A atual Constituição Federal da República do Brasil ressalta no rol dos direitos fundamentais o acesso à educação, apregoando que este deve ser assegurada pelo Estado sem qualquer forma de discriminação e violabilidade aos direitos individuais dos cidadãos. Desta feita, a educação é tida como um

¹ Especialista em Engenharia Elétrica com Ênfase em Instalações Elétricas Residenciais - FUNIP.

direito pleno de desenvolvimento dos indivíduos e deve ser garantida a todos de maneira igualitária (Botelho, 2008).

Assim, como os demais direitos fundamentais, o acesso à educação visa propiciar aos indivíduos condições de existência adequadas e isonômicas à vida em sociedade, ou seja, fomentar a participação e o gozo igualitário de todos na fruição dos serviços e benefícios que permeiam a vivência comunitária, resultando em uma participação mais ativa de cada indivíduo na vida em comum (Brasil, 2015).

Dentre os diversos fatores que contribuem para o cerceamento da inclusão social e do direito de ir e vir das pessoas nos ambientes educacionais brasileiros, temos como forma mais preponderante e evidente de empecilho as barreiras arquitetônicas, a julgar por, que a presença de inadequações ambientais dificulta a mobilidade dos transeuntes que usufruem dos espaços.

Neste sentido, as instituições acadêmicas e escolares estão obrigadas a apresentar acessibilidade em suas edificações, considerando a Norma Brasileira Regulamentadora n.º 9050 de 2020, de modo a proporcionar aos alunos com deficiência um ambiente com condições propícias para a formação integral junto a seus pares, bem como corroborar com a perspectiva de uma educação inclusiva (Sasaki, 2011).

Deste modo, a educação inclusiva carece de ser bem público contida na seara dos direitos sociais básicos e as universidades têm um papel fundamental na expressão de uma sociedade democrática e multicultural, ou seja, é importante que nos ambientes acadêmicos haja a valorização da liberdade, da solidariedade e do respeito as diferenças (Santos Filho, 2010).

Segundo a Lei Federal n.º 13.146 de 2015, o termo acessibilidade pode ser definido como a capacidade de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos, edificações, serviços e instalações por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (Brasil, 2015). Neste sentido, Grinover (2006) destaca que a promoção da acessibilidade tem como função primordial oportunizar e garantir um tratamento inclusivo aos indivíduos.

Um ambiente inacessível torna-se um instrumento de discriminação e desencorajamento da participação dos indivíduos/alunos com mobilidade reduzida na vida social das comunidades que estão inseridos, ou seja, restringe o gozo deste público aos serviços, em especial a educação (Castro & Almeida, 2014).

As principais produções científicas acerca da acessibilidade arquitetônica como ferramenta inclusiva nas universidades evidenciam os préstimos de ambientes acessíveis nas edificações, deste modo um ajuntamento dos principais artigos relacionados a temática nas bases de dados *CAPES* e *SciELO*

corroborar com a percepção de que é necessário instrumentos construtivos que denotem a promoção e inclusão do público estudantil portador de deficiência ou mobilidade reduzida nas academias.

Sendo a acessibilidade o instrumento propiciador do direito a fruição dos serviços fundamentais pelas pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida. Como está estruturada a acessibilidade arquitetonicamente nas universidades públicas e privadas para alunos com deficiências no ambiente do ensino superior?

O presente artigo tem como objetivo discutir as condições de acessibilidade arquitetônica inclusiva nas universidades públicas e privadas para alunos com deficiências. O estudo torna-se relevante por possibilitar aos pesquisadores, bem como a comunidade estudantil e professores um arcabouço consultivo dotado de evidências científicas capazes de fomentar a discussão do préstimo da transitabilidade como uma das ferramentas de promoção da educação inclusiva no ensino superior brasileiro, a julgar por, que para que haja uma educação mais democrática, caminho para a estruturação de uma sociedade inclusiva, se faz fundamental o debate e a averiguação das produções científicas que versão sobre a temática.

Para tanto, após esta introdução, este artigo traz os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa. A parte seguinte apresenta um preâmbulo geral da acessibilidade arquitetônica e sua indispensabilidade no contexto da inclusão de pessoas com deficiência nas universidades. Em seguida, são apresentados os resultados e elencadas as discussões acerca das análises dos artigos selecionados e posteriormente, em último momento, apresentam-se as considerações finais.

2. Metodologia

A elaboração desse estudo deu-se através de uma revisão sistemática, a julgar por, que tal modelo de pesquisa permite maximizar o processo de reunião, avaliação crítica e sintética de um maior número de resultados de forma organizada (Costa & Zoltowski, 2014).

Segundo Costa e Zoltowski (2014), a construção da revisão sistemática segue oito etapas as quais viabiliza a síntese de conhecimento de maneira organizada, sendo elas: delimitação da questão da pesquisa; escolha das fontes de dados; eleição das palavras-chave para a busca; busca e armazenamento dos resultados; seleção de artigos pelo resumo, de acordo com critério de inclusão e exclusão; extração dos dados dos artigos selecionados; avaliação dos artigos; e síntese e interpretação dos dados.

Neste contexto, o presente trabalho se delimita em analisar as pesquisas científicas pré-selecionadas acerca da acessibilidade arquitetônica como ferramenta de inclusão social nas universidades públicas e privadas, verificando as publicações nacionais disponibilizadas na base de dados científicos da

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (*CAPES*) e na base da *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*, tal revisão tem como fonte de dados artigos produzidos entre os anos de 2010 e 2020.

Para o alcance dos resultados de tal pesquisa, foi realizado em uma primeira etapa a busca por artigos nacionais publicados nas bases eletrônicas de dados antes já mencionadas usando como caracteres mineradores os critérios preestabelecidos, ilustrados no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1

Critérios para a escolha de artigos na primeira, segunda e terceira etapa da pesquisa

Tipo	Critérios
Palavras-chave	<ul style="list-style-type: none"> • Acessibilidade; • Educação inclusiva; • Ensino superior.
Base de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Capes; • SciELO.
Assunto/delimitação	<ul style="list-style-type: none"> • Acessibilidade arquitetônica inclusiva nas universidades públicas e privadas: uma revisão sistemática.
Ano de publicação	<ul style="list-style-type: none"> • Entre 2010 e 2020
Situação do texto	<ul style="list-style-type: none"> • Completo
Idioma de publicação	<ul style="list-style-type: none"> • Português/Brasil
Tipo de documento	<ul style="list-style-type: none"> • Artigos

Fonte: O autor (2022)

Em seguida, na quarta etapa ocorreu a busca e armazenamento dos resultados da pesquisa nas bases eletrônicas. Foram encontrados nas bases de dados *CAPES* (42) e *SciELO* (4) um total de 46 artigos que apresentam relação com a temática pesquisada.

A quinta etapa corresponde a seleção de artigos pela leitura dos resumos, de acordo com critério de inclusão e exclusão. Ao ser aplicado os critérios de inclusão (acessibilidade arquitetônica nas universidades públicas e privadas) e exclusão (duplicidade de artigos) preestabelecidos à pesquisa, identificou-se como textos científicos potencialmente relevantes ao cerne do trabalho ora desenvolvido, um total de 08 artigos, quais sejam: 06 vinculados a base de dados *CAPES* e 02 vinculados a base de dados *SciELO*.

A sexta e a sétima etapas se correlacionam com extração dos artigos selecionados, por meio da leitura íntegra dos textos e da avaliação dos artigos selecionados, tendo como resultado somente 03 artigos considerados elegíveis à pesquisa, são estes: 01 da *CAPES* e 02 da *SciELO*.

Tal verificação faz-se necessária para garantir que as nuances balizadoras da presente pesquisa científica sejam estritamente seguidas, bem como que os resultados obtidos sejam correlatos aos objetivos

preestabelecidos como baluartes norteadores desta trabalhos, desta feita, os textos científicos considerados pouco compatíveis com a tema proposta para o presente artigo foram descartados e excluídos do banco de dados antes construído.

Posteriormente, na oitava etapa, foi realizada a síntese e interpretação dos dados, de maneira que os artigos selecionados foram novamente avaliados a partir de leitura minuciosa e crítica dos estudos, objetivando a síntese crítica dos principais resultados, respondendo à pergunta norteadora deste estudo.

Por fim, organizou-se os trabalhos selecionados compatíveis à temática ora proposta neste artigo em uma Matriz de Síntese, por meio de uma planilha do Microsoft Excel onde se expõe a apresentação e interpretação dos dados obtidos.

3. Fundamentação Teórica

A Organização das Nações Unidas – ONU (2006) conceitua que a pessoa com deficiência é aquela que apresenta algum tipo de impedimento físico, mental, visual ou auditivo de longo prazo que dificulte sua inserção na vida da sociedade em que habita, necessitando desta maneira do gozo da acessibilidade. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010) denota que cerca de 6,7% da população brasileira apresenta algum tipo de deficiência e carecem do amparo do Estado para realizarem suas funções e atividades básicas.

Para Massmann (2014), somente por meio da acessibilidade se constitui a cidadania, assegurando um processo de transformação socioespacial capaz de mitigar as ações discriminatórias, ao passo que se assegura os direitos legalmente garantidos a pessoa com deficiência.

Neste sentido, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO (2019), versa que todo e qualquer cidadão, embora com deficiência, tem direito a usufruir de ferramentas sociais que lhe promova as oportunidades necessárias em todos os campos da vivência em comunidade, incluindo desta maneira o direito ao acesso à educação em todos os níveis.

A Lei Federal n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, apregoa no artigo 58 que a educação especial para o trabalho fundamenta a integração do homem na sociedade (Brasil, 1996), neste contexto, o programa governamental Incluir denota que o papel das universidades deve ser o de propiciar recursos e serviços que promovam o ingresso da pessoa com deficiência ao ambiente escolar de nível superior, de maneira que não seja restringida a participação e a inclusão plena deste público estudantil pela não conformidade do espaço, ação ou oportunidade de igualdade (Brasil, 2013).

No entanto, de acordo com os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (2017), a presença e a permanência de alunos com deficiência nas instituições de educação superior ainda é muito baixa no país se comparada ao montante de estudantes que se encontram matriculados nesta modalidade de ensino, somente 0,37% da população estudantil se declarava como pessoa com deficiência no ano 2015.

Nesta esteira, Mendes e Bastos (2016) discorrem que dentre os diversos agentes da exclusão do portador de deficiência no ambiente escolar de ensino superior encontrar-se como a mais frequente variável as inadequações arquitetônicas, ou seja, as barreiras físicas.

Segundo Manzini e Corrêa (2014), as condições de acessibilidade que se enfocam na resolução de problemáticas advindas da infraestrutura físicas das instituições devem refletir uma atitude de luta contra a exclusão. Neste norte, Sasaki (2011), ao explorar o conceito de acessibilidade arquitetônica evidencia como aquela que apresenta dimensões funcionais acerca da remoção de barreiras ambientais físicas em residências, espaços e equipamentos urbanos (Associação Brasileira de Normas Técnicas – NBR 9050, 2020).

Assim, as instituições de ensino superior ao promoverem condições de acessibilidade, inclusive na dimensão arquitetônica dos espaços, coadunam para o asseguramento pleno de uma sociedade dinâmica e pluralista, haja vista que o respeito às especificações individuais de cada cidadão promove uma participação ativa dos indivíduos na comunidade acadêmica.

Nesta seara, ao se averiguar a composição arquitetônica dos ambientes destinados ao trânsito dos indivíduos, quesito no qual se deve incluir os espaços escolares, estes devem ser tidos como um conjunto indissociável do qual participam os objetos inanimados e a vida em movimento, o que torna vital pensá-los à luz das políticas públicas e normatizações técnicas que visem minimizar ou neutralizar os efeitos das limitações impostas aos indivíduos através da presença de barreiras arquitetônicas nos espaços (Corrêa, 2014).

À vista disto, o Decreto Federal n.º 5.296, promulgado em 8 de dezembro de 2004, denota no artigo 14, que a obtenção da acessibilidade nos espaços ocorre pela observação técnica do arcabouço normativo que roga sobre o assunto em questão (Brasil, 2004).

Destarte, percebe-se que as ações afirmativas advindas das intervenções governamentais do Estado detêm como finalidade aliviar a discriminação, ao passo que, fomentam uma transformação sociocultural cujo objetivo é acelerar o processo de igualdade a grupos socialmente vulneráveis (Mendes & Bastos, 2016).

Entre o vasto arcabouço normativo brasileiro em que se versa acerca da acessibilidade como objeto de inclusão social, temos como principal referência o Estatuto da Pessoa com Deficiência, o qual disciplina em relação a promoção das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, vislumbrando à cidadania desse público nas urbes do país.

Neste contexto, o artigo 77 do Estatuto da Pessoa com Deficiência, rebatendo a carência de políticas que contemplem o todo social, dispõe que o poder público deve fomentar o desenvolvimento científico e a capacitação tecnológica com a finalidade de assegurar o provimento da qualidade de vida da pessoa com deficiência, tendo em vista que a geração de conhecimentos, técnicas e tecnologias assistivas minimiza as características socioculturais discriminatórias que ocasionam a marginalização da deficiência (Brasil, 2015).

Desta feita, na perspectiva da inclusão no espaço construído, corrobora de forma direta com o Estatuto da Pessoa com Deficiência a Norma Brasileira Regulamentadora de Acessibilidade, Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos – ABNT NBR 9050 de 2020, a julgar por, que tal normativo objetiva propiciar autonomia, segurança e independência aos indivíduos, quanto ao uso dos ambientes, mobiliários e espaços denotando a mobilidade urbana como ferramenta primordial para que haja uma inserção democrática da população nos ambientes (Associação Brasileira de Normas Técnicas – NBR 9050, 2020).

4. Apresentação e discussão dos dados

A revisão foi constituída por três artigos científicos os quais foram selecionados pelos critérios de inclusão anteriormente estabelecidos sendo, um extraído da *CAPES* e dois da *SciELO*.

Em termos descritivos, primeiramente, foram identificados nos artigos: o título, os autores, a base eletrônica de dados e o periódico. Depois, em um segundo instante, identificou-se: os objetivos, a metodologia, a síntese de resultados e as conclusões. Desta feita, posteriormente, ocorreu a análise de cada artigo. O Quadro 2 e 3 demonstram de forma detalhada a síntese de análise dos dados coletados.

Quadro 2

Identificação dos artigos

N.º	Autores	Título	Base	Periódico	Ano
1	Ana Paula Silva Cantarelli Branco e Maria Amélia Almeida.	Avaliação da satisfação de estudantes público-alvo da educação inclusiva em cursos de pós-graduação de universidades públicas.	<i>SciELO</i>	Revista Avaliação	2019
2	José Guilherme de	Sentidos da inclusão de alunos com deficiência na	<i>SciELO</i>	Revista Psicologia	2018

	Andrade Almeida e Eliana Lúcia Ferreira.	educação superior: olhares a partir da Universidade Federal de Juiz de Fora.		Escolar e Educacional	
3	Márcia Denise Pletsch e Francisco Ricardo Lins Vieira de Melo.	Estrutura e funcionamento dos núcleos de acessibilidade nas Universidades Federais da Região Sudeste.	CAPES	Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação	2017

Fonte: O autor (2022)

Quadro 3

Revisão Sistemática dos artigos

Artigo n.º 1	Autores	
	Branco e Almeida (2019)	
	Título	
	Avaliação da satisfação de estudantes público-alvo da educação inclusiva em cursos de pós-graduação de universidades públicas.	
	Objetivos	
	Este estudo objetivou avaliar o nível de satisfação dos estudantes público-alvo da educação inclusiva de quatro Universidades Públicas brasileiras, sendo uma Federal e três Estaduais e analisar suas atitudes em relação as condições oferecidas pelas IES.	
	Método	
	Trata-se de pesquisa exploratória cuja coleta de dados ocorreu por meio da aplicação da Escala de Satisfação e Atitudes de Pessoas com Deficiência – ESA.	
	Sínteses de Resultados	
Quanto a satisfação estrutural, grande parte dos entrevistados revelaram sentirem-se insatisfeitos com a condição de acessibilidade arquitetônica das IES a que pertencem. Já no que concerne aos níveis de satisfação operacional, no geral, aproximam-se de respostas satisfatórias cujas condições se referem a recursos de âmbito metodológico para acompanhar as aulas. Por conseguinte, no quesito voltado para a satisfação psicoafetivas, o público entrevistado apresentou respostas de tendências satisfatórias nas relações interpessoais. Quanto a atitude frente as barreiras, as respostas aproximaram-se de satisfatórias, todavia, não consideram importante acionar o Ministério Público para garantia de direitos.		
Conclusões		
Os autores concluíram que as IES precisam melhorar em todos os âmbitos de satisfação com vistas a permitir maior ingresso e a permanência do estudante com deficiência física, de modo que aumentem os níveis de satisfação desse público no ensino superior de Pós-graduação.		
Artigo n.º 2	Autores	
	Almeida e Ferreira (2018).	
	Título	
	Sentidos da inclusão de alunos com deficiência na educação superior: olhares a partir da Universidade Federal de Juiz de Fora.	
	Objetivos	
	Este estudo objetivou discutir o processo de inclusão de alunos com deficiência na educação superior brasileira, com especial foco nos sentidos mobilizados por esta inclusão nos discursos ali circulantes.	
	Método	
	Trata-se de pesquisa de caráter exploratório-descritivo, onde se valesse da Análise de Discurso na ótica francesa, para tanto, foi realizando entrevistas com alunos autodeclarados com deficiência e demais sujeitos que com esses se relacionam no cotidiano universitário.	
	Sínteses de Resultados	
Com as análises empreendidas, foram identificadas falhas nos dados oficiais sobre a presença de alunos com deficiência na educação superior brasileira, relacionadas tanto a ausência de mecanismos para levantamento desses dados na instituição base, quanto ao não reconhecimento da condição de deficiência por parte dos alunos que a possuem.		

	<p>Já em relação aos sentidos da inclusão destes alunos, os autores concluíram que esta tem sido avaliada pelos sujeitos da educação superior enquanto presença ou enquanto provimento de condições de acessibilidade arquitetônica, indicando um despreparo e um desconhecimento para o provimento de condições de permanência para este aluno na educação superior, perpetuando barreiras à sua participação em igualdade de condições.</p>
	<p>Conclusões</p>
	<p>Os autores concluíram que incluir pessoas com deficiência nos múltiplos espaços sociais exige um movimento de adequação que não passa apenas pelo direito de acesso ou pela promoção da acessibilidade arquitetônica, mas sim por uma modificação do modelo-padrão de ser humano idealizado para os espaços e relações sociais. Desta feita, desestabilizar as normas e os padrões sociais historicamente estabelecidos é a tarefa do atual processo de inclusão, o que pontua a necessidade de ampliar o conhecimento à promoção da acessibilidade em suas múltiplas dimensões, de forma que esta não seja restrita somente a dimensão arquitetônica. Pontua-se ainda, a necessidade do favorecimento à concepção de um aluno universitário diverso que abarque a diversidade constituída da espécie humana em uma sociedade plural e inclusiva.</p>
<p>Artigo n.º 3</p>	<p>Autores</p>
	<p>Pletsch e Melo (2017).</p>
	<p>Título</p>
	<p>Estrutura e funcionamento dos núcleos de acessibilidade nas Universidades Federais da Região Sudeste.</p>
	<p>Objetivos</p>
	<p>Este artigo objetivou apresentar resultados de uma pesquisa sobre a estrutura e funcionamento dos Núcleos de Acessibilidade (NA) de 19 Universidades Federais da Região Sudeste.</p>
	<p>Método</p>
	<p>Em termos metodológicos, a pesquisa caracteriza-se como quantitativa descritiva e tem como procedimentos de coleta de dados a aplicação de um questionário eletrônico respondido pelos coordenadores dos NA.</p>
	<p>Sínteses de Resultados</p>
	<p>Os resultados obtidos pelos autores evidenciaram, entre outros aspectos, as dificuldades e as escolhas realizadas pelas instituições federais para garantir a acessibilidade ao ensino superior de discentes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação. Igualmente, mostraram a constituição das equipes que atuam nos NA e as ações que as mesmas vêm desenvolvendo para garantir o acesso e a participação plena dos discentes nas atividades acadêmicas. Os resultados evidenciaram ainda, diferentes problemas no que diz respeito à acessibilidade. Em especial, chamou a atenção dos autores os dados relativos à acessibilidade atitudinal e comunicacional. Do mesmo modo, verificou-se que a acessibilidade pedagógica, arquitetônica e nos transportes merece cuidadoso debate nas IFES, bem como se tornou notória falta e carência de profissionais especialistas como intérpretes, tradutores e instrutores de LIBRAS, assim como de revisores e transcritores em Braille.</p>
<p>Conclusões</p>	
<p>Os autores concluíram que ampliar a acessibilidade ao ensino superior exige mais investimentos financeiros, mas também pesquisas que privilegiem o tema e suas dimensões frente às políticas de inclusão. Sem pesquisas empíricas que analisem as formas sob as quais essa política educacional se traduz no ensino superior, não há como identificar e problematizar as experiências bem ou malsucedidas, assim como as reais demandas colocadas para efetivar tal processo.</p>	

Fonte: O autor (2022)

Branco e Almeida (2019) discutem as principais problemáticas da acessibilidade no ambiente universitário pautando-se sob o olhar e as inferências dos sujeitos com deficiência frente as políticas de inclusão ofertadas nas instituições públicas avaliadas. Tal pesquisa valeu-se de um instrumento de mensuração de dados denominado de *Escala de Satisfação de Atitudes de Pessoas com Deficiência (ESA)*, o que propiciou às autoras a obtenção de características dos sujeitos, como: dados gerais de identificação, classificação socioeconômica e escala de satisfação com relação à acessibilidade de modo geral.

Nestes termos, o estudo revelou que embora as universidades estejam promovendo ações que facilitem o favorecimento da permanência do público-alvo nos espaços acadêmicos através do uso de políticas educacionais inclusivas, ainda existe um cenário de dificuldades que precisa ser transpostos para a garantia de espaços educacionais totalmente inclusivos e isonômicos, tais observações são perpetradas pelas autoras tomando por base o conteúdo das respostas e falas dos participantes ao externarem seus anseios por modificações socioculturais e espaciais nas instituições em que estudam.

Neste sentido, Pimentel e Pimentel (2018) versam que:

As pessoas com deficiência sempre se deparam com barreiras, tanto físicas, quanto sociais, na tentativa de viverem e exercerem a sua cidadania como qualquer outro cidadão. Entretanto, sombras da estigmatização e da discriminação trouxeram para a realidade social uma mazela enorme, dificultando a aceitação da pessoa com deficiência como uma pessoa humana possuidora dos mesmos direitos, sem distinção. Porém diante dos seus direitos como cidadãos, torna-se imprescindível garantir equidade de oportunidade no acesso aos bens e serviços da sociedade, incluindo atividades educacionais, esportivas, culturais e de lazer. (Pimentel & Pimentel, 2018)

À vista disso, constata-se que a inexistência de oportunidades e a existência de entraves que mitigam a autossuficiência social dos indivíduos com deficiência não é causa pela deficiência em si, mas por um problema social, ou seja, é a sociedade que cria barreiras impedindo a pessoa com deficiência de se desenvolver.

Deste modo, a retida de estereótipos e/ou estigmas sociocultural da pessoa com deficiência torna possível a observação da acessibilidade como um dos instrumentos essenciais à garantia da inclusão social, posto que se trata do ato de propiciar a liberdade e o acesso da pessoa a direitos fundamentais, tal como a educação.

Neste contexto, Almeida e Ferreira (2018) debatem a acessibilidade como um conjunto multifatorial, ou seja, analisam o processo de inclusão a partir das multifaces da integração da pessoa com deficiências ao meio social, em especial nas universidades brasileiras. A pesquisa em questão trata de compreender os sentidos da inclusão de alunos com deficiência na educação acadêmica, tendo como principais fontes de dados as estatísticas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, bem como os discursos circulantes acerca da temática na Universidade Federal de Juiz de Fora.

Nesta seara, o estudo revelou que é necessária uma visão mais consciente e atenta aos sentidos da integração sociocultural da pessoa com deficiência empenhando-se em promover uma modificação no modelo sociocultural de homem-padrão, haja vista que o conceito de deficiência, por vezes, tem sido estigmatizado e contribuído para que os sujeitos portadores de deficiência não se auto reconheçam nessa condição, o que perpetua as barreiras que concorrem para sua inclusão nas comunidades urbanas.

Os autores pontuam ainda, haver a necessidade da ampliação do conceito de acessibilidade produzido e disseminado pela sociedade, julgando que este tem sido constantemente atrelado somente a dimensão arquitetônica, embora, esta não seja autossuficiente para a efetiva integração dos indivíduos no meio social contemporâneo, em especial à constituição de um alunato universitário que favoreça a diversidade antropológica do ser humano. Assevera-se que embora o tema da acessibilidade seja mais atrelado às pessoas com deficiência físico motora, sua abrangência também envolve outras deficiências, como a cognitiva, a visual e a auditiva.

Neste contexto, as autoras Carletto e Cambiaghi (2019) enfatizam que:

Os produtos e serviços universais devem acomodar uma escala larga de preferências e de habilidades individuais ou sensoriais dos usuários. A meta é que qualquer ambiente, produto ou serviço deve ser alcançado independentemente da mobilidade ou deficiência do indivíduo. (Carletto & Cambiaghi, 2019)

À vista disso, constata-se que a ideia de um *Universal Design* garante uma inclusão social democrática e eficiente, julgando que a concepção do conforto não deve estar ligada a fatores pessoais, como altura, dimensão, idade, destreza, força e outras características, no entanto, a qualidade que os produtos e serviços apresentam para o atendimento de todas as pessoas, num aspecto realmente universal.

Neste contexto, Pletsch e Melo (2017) apresentam uma pesquisa acerca da estruturação e funcionamento dos Núcleos de Acessibilidade em universidades federais e estaduais e preconizam que apesar das inúmeras dificuldades à serem transpostas as universidades têm buscado cumprir as diretrizes federais e implantado os Núcleos de Acessibilidade a partir de suas condições e realidades institucionais.

Foi constatado pelos autores através do estudo que para que haja uma efetiva integração da pessoa com deficiência é necessário demandar maiores cuidados com as diversas áreas ou formas de acessibilidade, porque somente desta maneira torna-se possível eliminar as barreiras que corrompem o processo de inclusão nos ambientes de educação superior.

Neste contexto, Manzini e Corrêa (2014) esclarecem que acessibilidade é uma relação entre pessoa, objeto e serviço, e no âmbito da educação, pode ser definida, como:

Uma condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços acadêmicos, dos mobiliários, dos equipamentos universitários, das edificações acadêmicas, dos serviços de transporte do campus universitário e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação na universidade, por estudante com deficiência ou não. (Manzini & Corrêa, 2014)

Deste modo, evidencia-se que o respeito as individualidades e a integridade física e moral dos indivíduos são essenciais para a maximização das características sociais da acessibilidade, ao passo que,

proporciona o exercício pleno dos direitos fundamentais inerentes a dignidade das pessoas, em especial aos portadores de necessidades especiais ou mobilidade reduzida no que diz respeito a uma educação universitária inclusiva.

5. Considerações Finais

Diante do exposto, nota-se que para o conceito contemporâneo de inclusão, bem como para a concepção sociocultural de educação inclusiva, a promoção da acessibilidade somente por meio da arquitetura inclusiva não denota de autossuficiência para fomentar de maneira integral o gozo da pessoa com mobilidade reduzida aos direitos que lhes são garantidos.

Para o contexto educacional a promoção da acessibilidade é um processo que perpassa não somente pela modificação dos espaços, mas por uma modificação do padrão histórico de integração e do conceito social de deficiência. Assim, embora a acessibilidade arquitetônica seja a forma mais reverente e empírica de promoção da integração da pessoa com deficiência no meio social em que vive, aquela por si só não garante inclusão destes indivíduos.

Percebeu poucos estudos sobre o assunto direcionado às universidades públicas e privadas reforçando a carência da discussão acessibilidade nos ambientes universitários. A maioria dos artigos como resultado da revisão sistemática estavam direcionados a rede do ensino básico.

Desta feita, conclui-se que para que as universidades públicas e privadas atendam o arcabouço legal de promoção da acessibilidade nos ambientes de ensino, ainda são necessárias adequações pontuais para garantir políticas que evidenciem a inclusão como fruto de um processo contínuo e harmônico pelos diversos modos de promoção da acessibilidade.

Cabe ressaltar que este estudo não exaure a temática do artigo e sugere como proposta de trabalhos futuros, um estudo mais aprofundado a fim de identificar e analisar melhor o contexto da acessibilidade arquitetônica nas universidades públicas e privadas.

Referências

- Almeida, J. G. de A., & Ferreira, E. L. (2018). Sentidos da inclusão de alunos com deficiência na educação superior: olhares a partir da Universidade Federal de Juiz de Fora. *Psicologia Escolar e Educacional*, 22, 67-75. <https://doi.org/10.1590/2175-539/2018/047>
- Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT. (2020). *NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. Rio de Janeiro, ABNT.

- Botelho, J. (2008). A atuação do Ministério Público. Como interpretar o decreto federal e demais regulamentações da acessibilidade. *Anais do Seminário “Os Desafios de Adequação à Lei de Acessibilidade”*. São Paulo, MBA Treinamentos.
- Branco, A. P. S. C., & Almeida, M. A. (2019). Avaliação da satisfação de estudantes público-alvo da educação inclusiva em cursos de pós-graduação de universidades públicas. *Revista da Avaliação da Educação Superior*. n. 1. 45-67. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772019000100004>
- Carletto, A. C., & Cambiaghi, S. (2016). *Desenho Universal, um conceito para todos*. https://www.maragabrilli.com.br/wp-content/uploads/2016/01/universal_web-1.pdf
- Castro, S. F., & Almeida, M. A. (2014). Ingresso e Permanência de Alunos com Deficiência em Universidades Públicas Brasileiras. *Revista Brasileira de Educação Especial*. n. 2, 179-194.
- Corrêa, P. M. (2014). Acessibilidade no ensino superior: instrumento para avaliação, satisfação dos alunos com deficiência e percepção de coordenadores de cursos. [Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia e Ciências. Universidade Estadual Paulista, Marília].
- Costa, A. B., & Zoltowski, A. P. C. (2014). Como escrever um artigo de revisão sistemática. In S. H. Koller, M. C. P. de P. Couto, & J. V. Hohendorff (Orgs.). *Manual de produção científica*. Penso.
- Decreto nº. 5.296, de 08 de dezembro de 2004*. Regulamenta as Leis no 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm
- Grinover, L. (2006). A hospitalidade urbana: acessibilidade, legibilidade e identidade. *Revista Hospitalidade*. n. 2, 29-50.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (2010). Censo Demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. IBGE. http://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_religiao_deficiencia/default_caracteristicas_religiao_deficiencia.shtm
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. (2017). *Censo da Educação Superior*. INEP. <http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior>
- Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/19394.htm>
- Lei nº. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm

- Manzini, E. J., & Corrêa, P. M. (2014). *Avaliação de acessibilidade na educação infantil e no ensino superior*. São Carlos.
- Massmann, D. (2014). *Acessibilidade: sentidos em movimento*. Niterói, Intertexto.
- Mendes, H. S. F., & Bastos, C. C. B. C. (2016). Um estudo sobre a realidade da inclusão de pessoas com deficiência na educação superior no Paraná. *Revista Educação Especial*. n. 54, 189-202.
- Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão/Secretaria de Educação Superior. *Documento orientador: Programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior*. Brasília, DF: MEC.
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=12737&Itemid=
- Organização das Nações Unidas - ONU. (2006). *Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. <http://www.acessobrasil.org.br/index.php?itemid=900>
- Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO. (2019). *A Guide for ensuring inclusion and equity in education*. <http://unesco.org/open-access/terms-use-ccbysa-en>
- Pimentel, S. C., & Pimentel, M. C. (2018). Acessibilidade como um direito fundamental: uma análise à luz das leis federais brasileiras. *Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM*. n. 1, 75-102.
- Pletsch, M. D. & Melo, F. R. L. V. de. (2017). Estrutura e funcionamento dos núcleos de acessibilidade e inclusão nas universidades federais da região sudeste. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*. n. 3, 1610-1627. <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/10354>
- Santos Filho, G. M. (2010). *Construindo um itinerário histórico do desenho universal: a normatização nacional e internacional da acessibilidade*. São Paulo, Annablume.
- Sassaki, R. K. (2011). Incluindo pessoas com deficiência psicossocial - Parte 2. *Revista Reação*. n. 79, 12-19.